INSERÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ 2008-2011

Luciana Maria Pinheiro Tonon

RESUMO

A Secretaria de Estado do Turismo do Paraná - SETU utiliza-se do planejamento turístico participativo, o qual esta pesquisa entende por ser a inserção de grupos como, público, o mercado, os técnicos e comunidade local no processo de planejamento turístico. Visto isso, esta pesquisa tem como objetivo: Analisar como se efetiva a elaboração do planejamento turístico participativo quanto à participação do órgão oficial do turismo;Para atingir tal objetivo, a metodologia utilizada foi revisão literária sobre políticas públicas, participação e cidadania, planejamento turístico, estrutura pública do turismo e planejamento turístico participativo. Posteriormente uma análise do plano vigente, seguida por uma entrevista com a coordenadora de planejamento da SETU.

Palavras-chave: Órgãos Públicos, Planejamento Turístico Participativo, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The State Secretariat of Tourism of Paraná - SETU is used participatory tourism planning, the means by which this research is the inclusion of groups such as, public, market, the coaches and the local community in tourism planning process. Since this, the research aims: To assess how effective the preparation of participatory tourism planning on the participation of the official tourism; To achieve this goal, the methodology was reviewed the literature on public policy, participation and citizenship, tourism planning, public infrastructure of tourism and tourism planning participatory. Subsequently an analysis of the current plan, followed by an interview with the coordinator of planning for SETU.

Keywords: Public Agencies, Participative Tourism Planning, Public Policy.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem demonstrado avanços significativos no turismo doméstico e internacional, graças não só às políticas de desenvolvimento turístico, mas às oportunidades que o país teve de conseguir se manter no mercado mesmo com a crise econômica mundial que surgiu neste tempo. Com a crise, as moedas de países de primeiro mundo supervalorizaram e com isso, turistas brasileiros que despenderiam de valores altos para viagens ao exterior, neste período optou por ficar no próprio país, o que aumentou a taxa de turismo doméstico.

Dados que comprovam isso é o fluxo de desembarques de passageiros de voos comerciais, que segundo o site oficial do Ministério do Turismo (2010) no ano de 2009 esse número foi de 56.024.144 e em 2010 este fluxo chegou a 68.258.268 desembarques. Enquanto os voos internacionais, segundo o mesmo site (2010) teve 6.510.953 de desembarques em 2009 e 7.902.531 em 2010.

O que é possível aprender, é que o turismo no Brasil tem crescido graças à casualidade de o país conseguir se manter com o turismo doméstico, quando o real está valorizado o turismo internacional cresce e quando o dólar esta em alta, o turismo doméstico é que predomina no país. Neste período de instabilidade cambial, devido à crise econômica, segundo o Portal Eletrônico do Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) o turismo doméstico no Brasil aumentou de 44.860.739 em 2005 para 56.024.144 em 2009 de famílias viajando, e em 2010 os voos domésticos regulares atingiram ao número de 65.949.270 desembarques. (BRASIL, 2011)

Para desenvolver este mercado, o Brasil possui o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, que é uma autarquia, ou seja, um órgão vinculado ao Ministério do Turismo e que é responsável pela promoção, marketing e apoio a promoção dos destinos. No Paraná o marketing e o desenvolvimento do turismo do Estado também são impulsionados por uma autarquia, a Paraná Turismo – PRTUR, porém o trabalho é sistematizado e o produto final o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008 – 2011.

Seu índice é proporcional ao dimensionamento do Estado e suas características turísticas e geográficas. Segundo o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Paraná (2007), no ano de 2006 o Estado recebeu entre

turistas nacionais e estrangeiros 7.319.475 de pessoas, sendo eles 41% vindo do próprio Paraná, 46% demanda interestadual e 13% de internacional.

Como meta deste mesmo plano, o Paraná pretende crescer 25% esta margem, chegando a um acréscimo de 20,4% de turistas nacionais e 26% a mais de estrangeiros. Além desta meta e como complemento dela, o Paraná pretende ainda aumentar o número de destinos turísticos e diminuir o índice de insatisfação dos turistas que já visitaram o Estado.

Sendo assim, este aumento de destinos em conjunto com a diminuição dos índices de insatisfação, propicia maiores fluxo de turistas satisfeitos que possivelmente retornarão às cidades já visitadas, terão mais opções de visitas e darão boas referências dos locais a turistas em potencial.

Tais dados ressaltam que a atividade turística sem um planejamento, consegue sim se desenvolver, mas a partir da implantação de um documento pertinente é que pode ser vistos reais melhorias, pois não esta focada só na quantia que recebe, mas com que qualidade recebe.

Esta afirmação não depende somente do bem querer do governo e da população, mas sim de um planejamento que irá analisar e direcionar para um futuro melhor. Claro que os órgãos oficiais do turismo, assim como a comunidade, sendo parte constituinte da população, devem se preparar para tal, mas só a partir do momento que observarem a importância de tal estudo é que o desenvolvimento se evidencia.

Um plano, ou qualquer documento menos abrangente, como programas e projetos visam um reconhecimento do espaço estudado e com isso a formulação de objetivos, metas e diretrizes para conduzir o processo. Geralmente estes documentos são elaborados em órgãos públicos como o ministério, secretarias estaduais, governanças regionais e secretarias ou departamentos municipais

O que este trabalho procura evidenciar é a forma com que é elaborado estes documentos, o que o Ministério do Turismo e suas Secretarias Estaduais sugerem, é o planejamento turístico participativo. Que abrange grupos distintos, são de acordo com Cardozo (2008), os órgãos públicos, mercado, comunidade local e demais interessados na atividade, e possibilita uma busca de desenvolvimento da atividade pensada para todos.

Uma vez que o planejamento turístico participativo ocorre quando há a inserção destes grupos citados anteriormente no processo de planejamento, que vai desde a elaboração até a execução dos documentos pertinentes ao processo, o planejamento turístico participativo tem ainda como objetivo a conscientização e/ou inserção de cada grupo participante no trabalho e o desenvolvimento harmonioso do processo, o que será visto e discutido mais adiante.

Sendo assim, apresenta-se o objetivo desta pesquisa que trata de "Analisar como se efetiva a elaboração do planejamento turístico participativo quanto à participação do órgão oficial do turismo inserido no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011".

Para o auferimento deste objetivo enseja-se uma metodologia de coleta de dados, que, pode ser organizada em três etapas bem distintas, a saber:

A primeira etapa tratou de uma revisão de literatura sobre os temas: Turismo, Planejamento Turístico, Políticas Públicas e, Planejamento Turístico Participativo; esta etapa auxiliou principalmente na fundamentação teórica da pesquisa, mas ajudou ainda a compreender o processo e analisar de forma concreta as considerações finais do trabalho.

A segunda etapa tratou de analisar o documento denominado Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011, no que tange a participação do Órgão Oficial de Turismo do Paraná.

E a terceira etapa, foi a responsável pela concretização do objetivo desta pesquisa, pois tratou de entrevista semi-estruturada com a coordenadora dos trabalhos de elaboração da política da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná – SETU.

A entrevista diz respeito ao processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento de Turismo do Paraná 2008-2011, com perguntas sobre a conceituação da SETU sobre o planejamento participativo, quais grupos são os representantes do processo e o grau de participação, como se deu esta dinâmica para a elaboração do plano em vigência e como eles avaliam este mesmo processo.

Posteriormente serão expostos e discutidos dados teóricos e então analisados com a finalidade de responder as perguntas da pesquisa e alcançar os objetivos propostos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

Para esclarecer melhor o papel do Estado no Turismo, a União Internacional de Organizações de Viagens (IUOTO), considerada a precursora da OMT "identificou cinco áreas de envolvimento do setor público: coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendimentos e incentivo." (IUOTO, 1974 *apud* HALL, 2004, p.184-185)

Sendo a coordenação responsável pela delegação de responsabilidades e obrigações, seja no setor público ou no privado, que tenham ligações diretas com o Estado e pela criação de estratégias de ações; o planejamento como o documento elaborado especialmente em níveis nacionais e regionais, com os mesmos interesses, porém com influências políticas algumas vezes diferentes; a legislação e regulamentação dizem respeito a ações diretamente ligadas ao setor, que podem variar desde a emissão de passaporte e vistos ou políticas de meio ambiente e trabalhistas; os empreendimentos dizem respeito a investimentos que o Estado realiza em diversas áreas do turismo e de recursos próprios como agências, hotéis, transporte turístico e outros; e por fim os incentivos que são financeiros, de capital estrangeiro, fiscais, patrocínios à pesquisa, marketing e divulgação. (HALL, 2004)

Tais definições vêem para complementar a idéia acima, de que políticas públicas são objetivos, metas e diretrizes de planejamento, elaborados por órgãos do governo, e como já visto toda a abrangência e complexidade da presença do Estado no turismo, o presente trabalho segue com enfoque especial na coordenação e no planejamento.

Quando tratada as políticas públicas voltada exclusivamente para o turismo é fundamental terem em mente a responsabilidade dos órgãos para com a atividade, pois estas não dependem exclusivamente do querer e do ter condições de fazer, mas sim da atual vida política que o país encontra.

Sobre isso Solha (2006) acredita que nem todos os órgãos oficiais de turismo possuam uma política formalizada, porém o mesmo pode desenvolver o setor a partir da estrutura criada e de ações de diversas áreas voltadas para o turismo.

Ainda neste assunto, Goeldner, Ritchie, McIntosh (2002) afirmam que há muitas políticas, mas só algumas no controle do turismo e que o melhor a ser feito é se utilizar destas para desenvolver o setor, ou seja, influenciar políticas de diversos outros setores para o turismo.

O Estado deve se responsabilizar pela construção de infraestrutura básica, infraestrutura de acesso e uma superestrutura (órgãos responsáveis) que fique a frente de tais segmentos; estes órgãos devem planejar e controlar investimentos do Estado que promovam o desenvolvimento da iniciativa privada, que deve construir equipamentos e prestar serviços, e com isso trazer benefícios para a comunidade. (BARRETTO, BURGOS e FRENKEL, 2003) Estes benefícios podem vir em forma de geração de emprego, renda, divisas, qualidade de vida e outros.

Neste sentido, é importante dizer que tais conselhos, citados anteriormente, são formados por representantes da esfera pública e de entidades privadas representativas, como associações de classe e empresas ligadas ao turismo, podendo ser de níveis municipais, regionais, estaduais ou federal. No Conselho Nacional de Turismo são 71 conselheiros que se dividem, na maioria representantes de entidades privadas, seguido pelas públicas. No Paraná o Conselho Estadual de Turismo é composto por 52 entidades e também é formado por sua maioria pela iniciativa privada.

Assim, a circunstância permite fazer um parêntese para analisar a participação destes grupos, por se tratar de um conselho consultivo, onde são discutidos os assuntos pertinentes, é possível imaginar a maioria do setor privado, já que se fosse a maioria público não teria vantagem desta consulta. Porém o que faz o conselho ser representativo de um planejamento participativo é a inclusão de membros de cada setor.

Barretto, Burgos e Frenkel (2003,p.36) completam dizendo que “a falta de interesse da ciência política pelo turismo tem tido como grave conseqüência a não - distinção entre a administração pública e a administração privada do turismo (...)”, pois os projetos de iniciativa privadas são melhor visualizados por se tratarem de

curtos prazos, o que não é realidade nos do setor público pois possuem prazos longos.

O que se deve ressaltar é que além do conhecimento da importância que é o planejamento do turismo, os órgãos públicos do turismo devem trabalhar para tais desenvolvimentos, mas não sozinhos, e sim com convênios e parcerias entre público, privado, entidades representativas e comunidade local.

2.2. ESTRUTURAS PÚBLICAS DO TURISMO

O Plano Nacional de Turismo-2007- 2010 apresenta os três órgãos responsável pelas políticas públicas de turismo como um núcleo básico, formado pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional do Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

O Conselho, formado por representantes do Governo Federal e setores do turismo, que segundo o Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (BRASIL, 2010), se faz responsável por assessorar o Ministério na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo, dos planos, programas, projetos e atividades derivadas.

Enquanto o Fórum dentro da gestão descentralizada se responsabiliza em levantar os problemas e soluções, e é constituído por secretários e dirigentes estaduais de turismo. Já o Ministério, com seus órgãos de assistência direta e imediata e suas secretarias – de políticas de turismo, de programas de desenvolvimento e Instituto Brasileiro de Turismo – é orientado pelo Plano já elaborado e responsável pelos macroprogramas e programas (BRASIL, 2007)

Já o Estado do Paraná se organiza a partir da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná que junto com o Conselho Consultivo de Turismo do Paraná, formado por representantes da SETU, mercado e entidades interessadas, elaboram e aplicam o plano do Estado.

O documento de planejamento turístico vigente no Estado é o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011. Este segue a temática do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 de uma gestão descentralizada e de inclusão social, sendo assim um planejamento estratégico participativo.

Sobre a descentralização, o plano nacional (2007-2010) prevê a regionalização, visto como a continuidade da municipalização que já estava em aplicação. A municipalização visa que cada município brasileiro interessado na atividade turística implantasse um Órgão Oficial de Turismo e Conselho Municipal de Turismo e, por conseguinte que cada Estado se organizasse em regiões turísticas para que órgão oficial pudesse atingir mais facilmente cada município.

Estas regiões têm seus próprios órgãos representantes e gestões independentes que formulam seus planos de desenvolvimento da região. Porém elas são entendidas como parte de um todo, que é o Estado, visando o fortalecimento do turismo no Paraná.

2.3. PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO

Desta forma Goeldner, Ritchie, McIntosh (2002, p.297) dizem que deve-se saber que estes estudos "(...)são parte das políticas sociais, econômicas e das políticas que governam e orientam o funcionamento da sociedade em geral, dentro da qual o turismo existe e funciona". Portanto desde que haja o planejamento e o interesse de que diversos grupos participem do mesmo, o planejamento participativo pode ser inserido..

Cardozo (2008, s/p) diz que "quando o processo de planejamento envolve o setor público, os técnicos, o mercado, e a comunidade local o mesmo é chamado de planejamento turístico participativo." Esta pesquisa entende que os grupos são classificados como:

- Setor Público – órgãos oficiais de turismo sejam eles, nacionais, estaduais, regionais ou municipais, e órgãos oficiais que tenha relevância para a atividade turística como de cultura, meio ambiente e etc;
- Técnicos – representantes de níveis técnicos que trabalham diretamente com o setor de turismo, como o SENAC – Serviço Nacional de Comércio, SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e outros;

- Mercado – são os prestadores de serviços turísticos, como hotéis, restaurantes, agências de emissivo, receptivo, eventos, transportes e outros. Geralmente representados pelo sindicato ou associação da classe; e
- Comunidade Local – são membros efetivos da localidade e em algumas vezes representados por líderes de bairro.

É deste ponto que se deve partir para garantir a efetivação da participação no planejamento turístico. Ainda segundo Cardozo (2008, s/p) "sobre este assunto muito se discute, e se consensua que este pode ser a chave para o planejamento de sucesso, especialmente por envolver a comunidade local e receptora." E é este envolvimento que segundo Molina (2001) garantirá que os documentos elaborados por este grupo tenham tais características:

- o documento terá idéias e valores de todos os participantes;
- será fruto da sociedade, pois foram seus membros que elaboraram; e
- haverá valorização e revalorização do meio em que vive.

Sendo assim, a importância da conceituação de planejamento participativo utilizada por Cardozo (2008) se faz quando todos os grupos envolvidos, desde os órgãos oficiais até sua comunidade atuante conheçam bem a realidade do local e deposita no documento suas expectativas e seus anseios.

Então a respeito da conceituação de planejamento turístico participativo, abordada anteriormente, Barretto (2005, p.21) afirma que "este planejamento que ouve a comunidade não deve ser confundido com as campanhas de conscientização que constam em algumas diretrizes de planejamento oficial de turismo."

Não só, não devem ser confundidas como devem ser implantadas sempre que houver interesse de todas as partes. Sobre isso Hall (2004, p.185) diz que

> Embora o planejamento seja reconhecido como um importante elemento do desenvolvimento turístico, a execução de um plano ou estratégia não garante por si só resultados adequados para as partes interessadas, (...) um dos principais problemas no planejamento turístico público está no grau de autoridade de órgãos especialmente dedicados ao turismo, que em geral possuem uma base legislativa de responsabilidade bastante limitada para

orientar outras organizações do governo a fim de atingir metas políticas específicas do setor.

Para que estas conceituações fiquem mais claras, no próximo tópico abordaremos o planejamento turístico participativo posto em prática pelo Ministério do Turismo e posteriormente pela Secretaria de Turismo do Estado do Paraná.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. O PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO COORDENADO PELO MTUR

O Ministério entende que os grupos participantes do planejamento participativo nos estados são: públicos, privados e terceiro setor. (MTUR, 2010) Sendo os públicos, secretarias do governo estadual, secretarias de governanças regionais e de municípios interessados. Privado todas as entidades, com fins lucrativos, interessadas neste mesmo processo participativo. E de terceiro setor, é um grupo citado pelo Mtur, mas não exemplificado, já que no Plano Nacional de Turismo 2007- 2010 as entidades participantes do conselho nacional são classificadas em públicas e privadas.

Sobre isto, o documento intitulado “Fórum e Conselhos Estaduais de Turismo” (2006) aconselha que todos os conselhos estaduais tenham representantes de órgãos públicos e privados, sendo a maioria formada pelos privados, pois tem ligações diretas com o turismo, ao contrario dos públicos que são na maioria das vezes de ligações indiretas.

Os colegiados devem se esforçar para estruturar o conselho com a maior parte dos conselheiros do setor privado, e com o maior número possível de representantes das regiões turísticas e também de entidades ligadas diretamente com o turismo, como de hotéis, agências, locadoras de veículos, entre outras. BRASIL (2006)

Com base nesta separação sugerida pelo Mtur, pode-se observar também que embora algumas empresas se encaixem no setor público muitos desses membros têm interesses no desenvolvimento em favor de empresas privadas, como

o caso dos bancos e da câmara empresarial de turismo do Paraná. Nos técnicos, embora haja entidades sem fins unicamente lucrativos, trabalham diretamente para o setor privado, alguns deles são o SENAC, SEBRAE, ACP, Caciaspar, entre outros.

3.2. PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO PELA SETU

Este subitens pretende responder alguns questionamentos que surgiram ao longo desta pesquisa, e, sobretudo ao próprio objetivo que é: Analisar como se efetiva a elaboração do planejamento turístico participativo quanto à participação do órgão oficial do turismo;

Para responder tais questionamentos, foi feita uma entrevista com a coordenadora de Planejamento Turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, que participou de todo o processo de estruturação do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011, e da execução do mesmo.

Cinco perguntas foram feitas à Coordenadora, são elas: O que a SETU entende por planejamento participativo? Quais grupos são inseridos? Qual é o grau de participação de cada grupo? E como se efetiva? Como se deu a dinâmica de formulação do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011? E Qual foi o papel da SETU neste processo? E Como você os avalia?

Para responder a primeira questão, que trata da definição de planejamento participativo para a SETU, a coordenadora diz que é “construir em conjunto com os atores, para que o desenvolvimento seja em conjunto e que os atores sintam-se envolvidos e comprometidos também com o processo”. Os atores são classificados pela mesma como “todos os membros do conselho consultivo de turismo do Paraná e principalmente das câmaras temáticas”.

A definição da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, para os grupos inseridos no planejamento turístico participativo, é que “os envolvidos são os atores, ou seja, setor público, setor privado e terceiro setor. Estes foram definidos como: públicos não objetivam lucros; privados, objetivam lucros; e terceiro setor, trabalha com o coletivo (em função de entidades privadas e que de objetivo o lucro) e não possui lucro”.

Estes grupos são pertencentes ao mesmo conselho e ao mesmo tempo divididos em câmaras temáticas. Portanto para responder qual é o grau de participação de cada grupo, a entrevistada diz que “depende das ações, pois para cada linha de ação há uma câmara temática. Sendo as câmaras temáticas de Segmentação, de Municipalização e regionalização, de Qualificação, de Financiamento, desenvolvimento e infraestrutura, e de Marketing turístico, “se as ações forem voltadas à capacitação, marketing ou qualificação, por exemplo, o setor privado será o mais envolvido; em contrapartida, se as ações forem de regionalização, as entidades serão na maioria públicas.

Esta importância que tem as câmaras temáticas em comparação com o conselho, na execução do planejamento turístico, é pelo fato de no conselho os órgãos e entidades serem representados pelos presidentes ou suplentes; e nas câmaras são representados pelos técnicos, por isso a efetivação da inserção destes grupos se dá com dificuldades, acrescentou a coordenadora.

A dinâmica participativa do documento começou em 2008 com reuniões do conselho, nelas eram discutidas reuniões que eram feitas nas secretarias municipais e regionais, e entrevistas pessoais feitas com representantes de entidades privadas.

A partir disso foram sendo formatados dados preliminares e aprovados nas reuniões de conselho, foi criado o grupo de planejamento estratégico, formado por cinto representantes, e então formadas as câmaras temáticas.

E por fim, quando respondido o papel da SETU neste processo, a entrevistada disse que é o de coordenar (dar rumo e montar cronogramas), e de animar e motivar (para produzirem resultados) e que sempre tem alguém da secretaria junto com um do privado. Ela acredita também que o planejamento participativo do turismo no Paraná sob a coordenação da SETU é desenvolvido a contento.

Como não citada em nenhum momento, foi preciso haver um questionamento com relação a comunidade local ser representada no conselho. Sobre isso, a coordenadora disse que este documento é de nível estratégico1, portanto a participação dos representantes de cada entidade já citada anteriormente é suficiente. Ela acrescenta que é o órgão municipal que possui esta obrigação de ouvir diretamente a comunidade e então como entidade repassar estas questões e

anseios junto com os interesses do município para o estado; e que cada representante no conselho, sendo morador do estado também é entendido como membro atuante da comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação, como observado não se caracteriza por um processo rápido e garantido para o sucesso, porém é esta a melhor forma de garantir a participação de um grupo fundamental no planejamento participativo, que é a comunidade.

Esta aceitação e sensibilização, devem também ocorrer nos demais grupos, porém a aceitação possivelmente será mais rápida, devido ao fato de serem grupos de interesses mais econômicos do que social.

Desta forma, sendo os membros dos conselhos, a maioria do interesse privado, acaba por se caracterizar em uma pressão do privado sobre o público, o que não é barrado pelos governantes, já que o ideal seria igualdade no número de conselheiros por grupo. Isto resulta em um conselho com a maioria dos votos ligados ao setor privado, e acaba acarretando diversas complicações do tipo:

A desresponsabilização, o que na verdade é chamado de descentralização do poder do turismo. O que se refere às secretarias estaduais, e governanças regionais, uma vez transferido o poder para mãos de uma instância inferior, a responsabilidade passa a ser do dono do poder. Embora o país tenha a mesma responsabilidade de planejar o turismo, que um estado ou um município, cada um é responsável por seus documentos e membros atuantes.

Isto facilita a abrangência do planejamento, mas dificulta a rigidez de elaboração e execução do mesmo. A participação de quatro grupos distintos em um mesmo processo de planejamento é aceitável na teoria, mas quando posto em pratica é observado falhas, devido a desinteresse de grupos, como é o caso principalmente de governanças regionais, e a dificuldade de inserção de grupos, como a comunidade em níveis mais abrangentes do planejamento.

O planejamento turístico no Brasil, em especial no Paraná, é bem elaborado e tem o desenvolvimento concretizado pelos órgãos competentes, porém do que adianta inserir um tipo de planejamento só porque é o ideal do grupo político do

poder federal, e este não ser aplicável com louvor como pretendia-se que fosse? O planejamento turístico participativo nas políticas públicas, em muitos casos, acaba por se tornar mais uma estratégia política, uma forma de aplicação de promessas de campanhas que não puderam ser cumpridas.

Portanto, quando pensado o objetivo "analisar como se efetiva a elaboração do planejamento turístico participativo quanto à participação do órgão oficial do turismo". Pode-se entender que no Plano de Desenvolvimento de Turismo do Paraná 2008 -2011, é efetiva a participação deste grupo. A coordenação de planejamento da SETU, que é responsável pela elaboração e execução do documento é organizada e possui funcionários fixos que garantem a continuidade para próximos documentos. E a SETU e suas autarquias são comprometidas com o Conselho e com Câmaras Temáticas quando se trata da fase de execução.

Ou seja, os órgãos oficiais do turismo do Estado, em especial a Secretaria de Estado de Turismo do Paraná-SETU é atuante no processo de elaboração e execução do planejamento participativo, nada mais justo, pois se trata do grupo responsável pela coordenação, ou seja, pela junção e suporte dos quatro grupos participantes do processo de participação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Pedro **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional** - Texto para discussão no 630 – Brasília, 1999 disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_630.pdf. Acesso em 11/04/2010.

BARRETTO, Margarita, BURGOS, Raúl, FRENKEL, David Turismo, **Políticas Públicas e Relações Internacionais** – Campinas,SP: Papirus, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo **Programas de Qualificação a Distancia para o Desenvolvimento do Turismo:** formação de gestores das políticas públicas do turismo/ autoria do conteúdo técnico-científico

Alexandre Panosso Netto, Francisco José Pereira da Silva, Luiz Gonzaga Godoi Trigo. – Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009.

BRASIL . **Turismo**. Disponível em http://www.turismo.gov.br/. Acesso em 24/03/2010.

BRASIL. Ministério do Turismo, **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil 2002 e 2006.** 2007. Pesquisa realizada pela FIEPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica. Disponível em http://www.turismo.gov.br/dadosefatos. Acesso em 09/04/2010.

BRASIL. Ministério do Turismo, **Fórum e Conselhos Estaduais de Turismo**: No modelo do programa da gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo 2003-2007. 2006. Disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/forum_conselho/. Acesso em 22/08/2010.

BRASIL. **Turismo**. Disponível em http://www.turismo.gov.br/. Acesso em 17/04/2011.

CARDOZO, Poliana Fabíula Planejamento Turístico Participativo: para além dos discursos uma proposta para execução, 2008 **Revista Eletrônica Partes.** Disponível em http://www.partes.com.br/turismo/poliana/planejamentoturistico.asp. Acesso em 26/02/2010.

GOELDNER, Charles R. RICTHIE, J. R. Brent e MCINTOSH,Robert W. **Turismo:** princípios, praticas e filosofias. Trad. Roberto Cataldo Costas. 8 ed. Porto Alegre, RS: Book-man, 2002.

GOMES, Alessandro Políticas Públicas e Desenvolvimento. 2007. **Revista Eletronica de Administracao** Ano VII, numero 12 - Disponível em: http://www.revista.inf.br/adm12/pages/revista.htm. Acesso em 15/02/2010.

HALL, Colin Michael **Planejamento Turistico**: políticas, processoes e relacionamentos , Trad. Edite Sciulli. 2 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2004.

MOLINA, Sergio **Turismo: metodologia e planejamento** – Bauru,SP: Educs, 2005.

MONTEJANO, Jordi Montaner **Estrutura do Mercado Turistico.** Trad. Andréa Favano. 2 ed. São Paulo, SP: Roca, 2001.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Plano de desenvolvimento do turismo do Paraná 2008-2011**. Curitiba, PR, 2007.

PARANÁ. **Turismo**. Disponível em http://www.setu.pr.gov.br/. Acesso em 29/03/2010.

SOLHA, Karina Toledo **Política de Turismo**: Desenvolvimento e Implementação. In: RUSCHMANN, Doris van de Meene. _____(orgs). **Planejamento turístico.** Barueri: Manole, 2006